

—
Coleção Governance Lab

Acionistas e Governação das Sociedades

—
Paulo Câmara (Coordenação)
Ana Perestrelo de Oliveira
Rui Cardona Ferreira
Manuel Sequeira
Abel Sequeira Ferreira
José Pedro Fazenda Martins
Orlando Vogler Guiné
Francisco da Cunha Ferreira
Joana Torres Ereio
Paulo Bandeira
Tiago dos Santos Matias
Sofia Vale
Erik Oioli
Evandro Fernandes de Pontes
José Romeu Garcia do Amaral
Raquel Spencer Medina
Telmo Ferreira
Kiluange Tiny
Vanessa Mendes
Bernardo Correia Barradas

ÍNDICE

SIGLAS UTILIZADAS	5
APRESENTAÇÃO	
<i>Paulo Câmara</i>	7

PARTE I – ESTUDOS GERAIS

CAPÍTULO 1	Governança societária e influência acionista: sinais de mudança	
<i>Paulo Câmara</i>		13
CAPÍTULO 2	Dos fundamentos dos deveres de lealdade dos acionistas	
<i>Ana Perestrelo de Oliveira</i>		59
CAPÍTULO 3	O direito aos lucros	
<i>Rui Cardona Ferreira</i>		83
CAPÍTULO 4	Acordos Parassociais e Mecanismos Indiretos de Controlo	
<i>Manuel Sequeira</i>		105
CAPÍTULO 5	Breve nótula sobre duas propostas da AEM em matéria de votos dos acionistas	
<i>Abel Sequeira Ferreira, José Pedro Fazenda Martins e Orlando Vogler Guiné</i>		171
CAPÍTULO 6	As transações entre partes relacionadas no direito português	
<i>Francisco da Cunha Ferreira e Joana Torres Ereio</i>		193

CAPÍTULO 7	Governance em startups: Equilíbrios societários entre fundadores e investidores	
	<i>Paulo Bandeira</i>	233

CAPÍTULO 8	<i>O olho do dono engorda o cavalo.</i> Algumas questões atuais dos fundos de investimento enquanto investidores institucionais	
	<i>Tiago dos Santos Matias</i>	261

CAPÍTULO 9	O Estado enquanto acionista: a experiência brasileira na governação (“e desgovernação”) das empresas estatais e das sociedades de economia mista	
	<i>Evandro Fernandes de Pontes</i>	285

PARTE II – ESTUDOS POR PAÍS

CAPÍTULO 10	Sócios e governação de sociedades em Angola	
	<i>Sofia Vale</i>	329

CAPÍTULO 11	Direito dos acionistas na sociedade anônima brasileira	
	<i>Erik Frederico Oioli, Evandro Fernandes de Pontes e José Romeu Garcia do Amaral</i>	371

CAPÍTULO 12	Acionistas e governação de sociedades em Cabo Verde	
	<i>Raquel Spencer Medina</i>	421

CAPÍTULO 13	Accionistas e Governação de Sociedades em Moçambique	
	<i>Telmo Ferreira</i>	457

CAPÍTULO 14	Os Accionistas e a governação de sociedades em São Tomé e Príncipe	
	<i>Kiluanje Tiny e Vanessa Mendes</i>	513

CAPÍTULO 15	Acionistas e governação de sociedades em Timor-Leste	
	<i>Bernardo Correia Barradas</i>	535

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES		555
--------------------------	--	-----

CAPÍTULO 3

O DIREITO AOS LUCROS

RUI CARDONA FERREIRA

SUMÁRIO: 1. Enquadramento e razão de ordem. 2. O direito ao lucro. 2.1. Aspectos gerais. 2.2. O critério de partilha dos lucros 3. Lucro distribuível e distribuição de lucros. 3.1. Lucro distribuível. 3.2. Exigibilidade do lucro não distribuído. 3.3. Distribuição antecipada de lucros. 3.4. Distribuição de lucros a terceiros. 4. Conclusão

1. Enquadramento e razão de ordem

I – O direito aos lucros gerados pela atividade social está intrinsecamente ligado ao próprio perfil orgânico e à finalidade lucrativa das sociedades comerciais, apresentando-se como um dos mais relevantes elementos que integram a posição jurídica do sócio.

No entanto, quer a definição da política de dividendos, quer a efetiva distribuição destes, dependem da previsão quanto ao desenvolvimento e do êxito dos negócios sociais, bem como, logicamente, do enquadramento jurídico pertinente. Neste último, e como adiante se verá, confluem questões relacionadas com a dialética entre o interesse social e o interesse individual dos sócios, ou a articulação dos interesses destes entre si, os limites da autonomia da vontade na conformação do pacto social, a relação entre sócios e a Administração ou a relação entre a sociedade (ou a coletividade dos sócios) e outros *stakeholders*.

II – Razões de sobra, portanto, para a escolha do tema, que em seguida se percorre com alguma brevidade e numa perspetiva estritamente jurídica,